

Novas contribuições para a história da língua portuguesa: ainda os limites do português arcaico

Rosa Virgínia Mattos e Silva*

Já em 1989, dizia eu que a datação precisa dos primeiros documentos literários e não-literários em português é um problema em debate. Citei o historiador e paleógrafo Avelino de Jesus da Costa (1977:300) que avançou para 1214-1216 a data da *Notícia de Torto*, definindo como falsificações dos finais do século XIII o *Testamento* de Elvira Sanches e o *Auto de Partilhas* e Giuseppe Tavani, que recuava para 1196 a data do primeiro texto poético galego-português, “a cantiga d’escarnho, ou melhor, o sirventês político *Ora faz ost’o o senhor de Navarra* de Johan Soares de Pavha” (1974:8-9). E continuava em 1989 (p.21) dizendo que, se um fato de história externa da língua definia o limite inicial dessa fase histórica do português – o aparecimento de documentos isentos –, o seu término tem sido situado no fim do século XV, marcando-se com as históricas aventuras marítimas o encerramento da fase arcaica da língua medieval.

Em 1991, publiquei um pequeno livro, *O português arcaico: fonologia* que foi reimpresso algumas vezes. No item *O português arcaico no tempo da língua portuguesa*, retomei a questão dos limites do período arcaico; disse então que o seu limite inicial era marcado pelo *Testamento de Afonso II* de 1214, documento oficial régio e a *Notícia de Torto*, documento particular situável entre 1214-1216; quanto ao limite final, mais problemático, dizia eu que só uma investigação sistemática da

* Docente de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA/CNPq).

documentação remanescente do português arcaico, em confronto com a do século XVI para que, com maior rigor e precisão, pudéssemos afirmar se o período arcaico termina no fim do século XV ou na primeira metade do século XVI (cf. p. 16-17).

Utilizei várias propostas de periodização – a de Leite de Vasconcellos, a de Serafim da Silva Neto, a de Pilar Vasques Cuesta e a de Lindley Cintra. Para o primeiro, o *período arcaico* vai até 1536/1540; Silva Neto subdivide esse período em *trovadoresco* (até 1385/1420) e o *português comum* (até 1536/1550); para Pilar V. Cuesta, o *galego-português* se situa, no seu limite final entre 1385/1420 e o *português pré-clássico* (1536/1550) e Lindley Cintra, o *português antigo* (até 1385/1420), o *português médio* (até 1536/1550) (cf. p. 19).

Comentando tais propostas, considerei que os fatos conhecidos permitiam que se definisse como provável limite inicial da segunda fase do período arcaico a segunda metade de trezentos e que, para que se chegue a determinar com rigor o limite último do período arcaico e suas possíveis subdivisões, faz-se necessário ainda que se tome ou retome a documentação remanescente com o objetivo de nela buscar as respostas a tais questões (cf. p. 20).

Também no ano de 1991, publicou-se o *Curso de História da Língua Portuguesa*, coordenado por Ivo Castro, que considera simbólico o ano de 1536, como um marco inicial do português clássico (prefiro, com Leite de Vasconcellos, chamá-lo de moderno), porque, nesse ano, representa-se o último auto de Gil Vicente (*Floresta de enganos*), a morte de Garcia de Resende, a impressão da *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira e a instalação definitiva da Universidade em Coimbra (cf. p. 243).

Apresentam-se no *Curso*, da página 244 à 247, “mudanças lingüísticas que terminaram à entrada do século XVI”. São mudanças fônicas, tais como: a uniformização das nasais finais <-ã>, <-õ> no ditongo nasal <-ão>; os hiatos do português arcaico que tiveram cinco diferentes resultados – 1. ditongo decrescente (*MALU* > *mao* > *mau*, p.ex.); 2. ditongo crescente (*VOLĀRE* > *voar* > *v[w]ar*); 3. tritongo (*TĒLA* > *tea* > *teia*); 4. duas sílabas (*NĪDU* > *nĩo* > *ninho*); 5. uma sílaba (*SĒDE* > *see* > *se*). E uma mudança mórfica: síncope do [d] intervocálico nas marcas flexionais da segunda pessoa do plural das formas verbais. E conclui o Autor:

podemos dizer que o português clássico começou quando morreram os últimos falantes que diziam *olhade*, *queredes* ou

cobride. E eles morreram com Gil Vicente, cujas personagens femininas e idosas ainda usavam formas verbais com [-d-]. É claro que esta fórmula tão nítida e sugestiva deve ser tomada com um pouco de tempero (1991:247).

Em 1994, em artigo publicado na *Revista D.E.L.T.A.*, volto ao tema. Sobre o limite inicial do período arcaico o *terminus a quo* se situa à volta de 1200, com os já referidos, *Testamento de Afonso II* de 1214 e a *Notícia de Torto* (1214-1216 ou 1210-1216). Considero, em um Quadro, as periodizações propostas por: Leite de Vasconcellos, Said Ali, Lima Coutinho, Mattoso Câmara, Fernando Tarallo, Lindley Cintra, Paul Teysier e Ivo Castro *et al.*. Teço, em seguida, alguns comentários, a partir do referido Quadro, no que se refere ao limite final: o limite final oscila, nos autores referidos, entre o início do século XVI e a publicação de *Os Lusíadas*. Quanto à sub-periodização, proposta por esses autores, não há consenso: alguns não a enfatizam, embora reconheçam que há um processo de descarcaização, a partir de 1350, e é a perspectiva da maioria, outros avançam essa primeira fase até 1385 ou mesmo 1420.

Comento ainda que há periodizações que se fundamentam no tipo de produção literária (como C. Michaëlis e seus seguidores); há as que entrecruzam o diacrônico como o diatópico (como Pilar V. Cuesta); há periodizações que afastam o literário, fundamentando-se em fatos da história externa (Leite de Vasconcellos, Lindley Cintra e os que os seguem). Volto a insistir na necessidade de que, para delimitar o final do período arcaico, se tome ou retome a documentação remanescente desse período com o objetivo de nela buscar resposta para a questão em foco (Mattos e Silva, 1994, pp. 248-251).

Para caracterizar o período arcaico e seu limite final, tomei ou retomei, primeiro, fatos-fônico e morfo-fônicos, alguns já referidos em Castro (1991), como os hiatos e seu subsequente desaparecimento, o surgimento do ditongo nasal final e a síncope do <-d->, morfema da 2ª pessoa do plural, além de outros: 1. a simplificação do sistema de quatro sibilantes – duas, surda e sonora, africadas, depois fricativas, provenientes de étimos específicos, que apresento à página 253, unificando que até 1536 as quatro sibilantes ainda eram utilizadas, dados que depreendi da análise descritiva de Fernão de Oliveira, na sua já referida gramática; 2. a regularização da vogal temática <u> dos participios passados dos verbos regulares da 2ª conjugação: um dos últimos exemplos de <-u-do> ocorre em Gil Vicente (cf. pp. 252-256).

Além disso, é o novo nesse artigo, busquei também fatos morfossintáticos e sintáticos. Nessa altura já se constituía o nosso Grupo de Pesquisa – *Programa para a história da língua portuguesa* (PROHPOR) e, de seus pesquisadores e de suas pesquisas, me vali nessa busca, além de outros autores (Mattos e Silva, 1994, pp. 252-56).

Selecionei então os seguintes aspectos, que sintetizarei aqui: *A.* dêiticos demonstrativos, locativos adverbiais e anafóricos; *B.* conjunções típicas do português arcaico; *C.* verbos *ser* e *estar*, *haver* e *ter*; *D.* ausência e emergência do tempo composto; *E.* alguns dados sobre a ordem sintática.

Quanto ao fato *A*, com base em Teyssier (1981), o autor afirma que do século XIV para o XVI o sistema de dêiticos demonstrativos de binário passa a apresentar dois subsistemas, um ternário e outro binário (*aqui, ai ~ hi, ali e cá, lá*) e os anafóricos (*ende ~ en e hi*) já tinham deixado de ser usados na primeira metade do século XVI. Nesse artigo, Teyssier (1981) utilizou para o século XIV a versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório*, para o XV, a *Crônica de D. Pedro* de Fernão Lopes e para o XVI, a obra de Gil Vicente, escrita entre 1502 e 1536.

Quanto ao fato *B*, com base em Barreto (1992), que utilizou documentação do século XIII até 1540 e em Barreto e Olinda (1994), as autoras chegaram à seguinte conclusão na análise da “Carta de Caminha” de 1500:

1. raro o uso de *ca*; 2. a ausência de *pois* etimológico, isto é, temporal; 3. ausência de *pero* e *porén* com o sentido etimológico explicativo; 4. a ausência das conjunções *mais pero, ergo, macar que, que* (condicional e modal), *para se, para que, em/de/ per guisa que, segundo que, segundo como, almeos que, entre que, cada que, ao tempo que, sol que*, o que ratifica a afirmação (Barreto, 1992) de que esses itens conjuncionais caíram em desuso nos séculos XIV e XV (1994, p. 260).

Quanto ao fato *C*, foram considerados *ser/estar* em estruturas atributivas e *haver* e *ter* em estruturas possessivas. No primeiro fato, utilizei vários trabalhos meus e a dissertação de Sepúlveda Netto (1989). Da análise feita, tanto os atributos permanentes como os transitórios podem ser descritivos e locativos; *ser*, sem dúvida, era o verbo típico, para a expressão de atributos permanentes (descritivos e locativos). Para os atributos transitórios (descritivos e locativos), tanto *ser* como *estar* podiam ser selecionados, quando hoje selecionamos *estar* para a transitoriedade:

'Demente no mundo *era*' / 'Cousas que derredor *estavan*'
(locativo) e
'As sas duas irmãs *eram* mui coitadas pola as morte' / *Estando*
hũũ dia seu padre e os físicos mui coitados com eles'.
(Sepúlveda Netto, 1989, pp. 262-263).

Quanto a *haver/ter*, considerei, em vários trabalhos, três tipos de atributos: a) posse adquirível material (*haver* pam / *ter* espada); b) posse adquirível não-material (preferencialmente *haver*, como em *haver* fé) e c) posse inerente (*haver* barvas). A partir de documentos dos séculos XIV e XV, verificou-se que a difusão de *ter*, que excluirá *haver* dessas estruturas de posse, parte de contextos do tipo *a* para os de *b* e, por fim, atinge os de *c*. (cf. pp. 264-265).

Quanto ao fato D, *Ausência e emergência do tempo composto*, verificou-se, em documentos dos séculos XIV e XV que, com o particípio passado de verbos transitivos, sempre ocorria a concordância desse particípio com o objeto direto. Concluo este tópico afirmando que novos dados deveriam ser analisados, no período arcaico, para que se resolvam problemas próprios a esse tópico (cf. p. 265-266).

Quanto ao fato E, *Alguns dados sobre a ordem*, considerei a ordem na sentença e a posição dos clíticos. A partir de J. Huber (1986 [1933]: 451-453) e de Pádua (1960) que afirmam ser a ordem básica a de sujeito/verbo/objeto; apresento alguns exemplos de inversão dessa ordem sintática que vem sendo estudado por Ilza Ribeiro em suas pesquisas de orientação gerativista (Mattos e Silva, 1994, pp. 267-269). No que se refere aos clíticos, utilizei dados trecentistas (1989) e do *Livro de Esopo*, da primeira metade do século XV, analisado por Lobo (1990). Em síntese, a posição variável do clítico é marcada e as regras categóricas são: a ênclise com o verbo em posição inicial absoluta, a próclise nas negativas e nas subordinadas, ficando o clítico adjacente ao subordinante, e podendo haver a interpolação entre ele e o verbo (cf. Mattos e Silva, 1994, pp. 269-272).

Concluo o referido artigo de 1994 com um gráfico-síntese, que mostra o seguinte: poucas das características analisadas se estendem até à segunda metade do século XVI; outras não ultrapassam a primeira metade do século XV e, por fim, há as que desapareceram nos fins do século XIV. E reafirmo, finalizando que para uma definição/delimitação rigorosa do período arcaico, faz-se necessário, ainda, um estudo sobre um *corpus* único, cronologicamente seriado, sobre o qual se analisariam esses fatos ou esses e outros ou outros (cf. pp. 273-274).

FATOS LINGÜÍSTICOS	SÉCULOS					
	XIII	XIV	XV		XVI	
			1ª m	2ª m	1ª m	2ª m
→ hiatos desfeitos					-----	
→ sistema de 4 sibilantes						
→ definição do ditongo nasal final						
→ morfemas <i>-des, -de</i>					-----	
→ VT /u/ de PP					-----	
→ sistema binário:						
- dêiticos e demonstrativos						
- dêiticos locativos						
→ anafóricos: <i>ende/ en / hi</i>						
→ conjunções arcaicas:						
- <i>pero</i> explicativo						
- <i>pero</i> adversativo						
- <i>porém</i> explicativo						
- <i>pois</i> temporal						
- <i>ca</i> explicativo						
→ <i>ser ~ estar</i>					-----	
→ <i>haver ~ ter</i>					-----	
→ ausência de tempo composto					-----?	
→ ordem dos constituintes na frase					-----?	
→ regras categóricas de posição dos clíticos					-----?	

- Gráfico-síntese: extraído de Mattos e Silva (1994, p.273)

Em artigo publicado na revista da ABRALIN em 2004, voltei ao tema com o trabalho intitulado *Novos indicadores para os limites do português arcaico*. Nesse artigo, problematizei a questão da periodização com base no lingüista alemão Schmidt-Riese (2002, p. 179) que diz que “é o observador que vai privilegiar uns aspectos mais que outros”. O autor complexifica os tradicionais fatores internos e externos, da seguinte forma: para ele há “quatro níveis”: a. *externo-interno* (alterações políticas, demográficas, sociais e culturais); b. *externo-interno* (alterações de necessidades comunicativas e discursivas; das modalidades de uso da língua; do espaço demográfico, ou seja, nível das línguas); c. *interno-externo* (alteração na avaliação das variantes); d. *interno-interno* (alterações

das estruturas lingüísticas). No que concerne ao português arcaico, considere-se que o *b* (*externo-interno*) é aplicável à questão do seu limite inicial e que os níveis *a* (*interno-externo*) e *d* (*interno-interno*) se aplicam ao seu limite final. Para esse autor, as periodizações constituem projetos ideológicos porque refletem a temporalidade e a territorialidade do grupo “periodizante”. Já Clarinda Maia (1999, p. 22) considera que as periodizações são “benéficas” e “imprescindíveis” no tratamento da mudança das línguas no tempo.

Quando escrevi o texto, que aqui resumo, tinha sido reaberta a questão do limite inicial, porque Martins (1999) divulgou que o documento não-literário em português mais antigo era *Notícia de fiadores*, datada de 1275. Tal texto foi encontrado por Ana Maria Martins no Instituto de Arquivos Nacionais Torre do Tombo - IANTT, em Lisboa, entre *Notícias, fintos e testamentos*. Documento de *scripta conservadora* que o filólogo português António Emiliano, em debate escrito com Martins, defende ser essa *Notícia* escrita em latino-português e não em português. Estão em jogo, nesse caso, tanto fatores lingüísticos/*internos* (português ou latino-romance) e sócio-históricos/*externos*, por não estar ainda definida a nacionalidade e a territorialidade de Portugal. Disse então que o debate prometia ser longo, e está sendo, como veremos adiante.

Verbo <i>ser</i>	Quanto ao limite final, analisei	Séc. XIII	Séc. XVI
[+ transitório]	e <i>haver/ter</i> e verifiquei a oposição entre <i>ser</i> e <i>estar</i> definidos no artigo de Locativo Descritivo	76%	5,9%
		93%	11,76%

Quadro 1

Considerando o Quadro 2, vê-se que o verbo *ter*, vitorioso, substituiu *haver*, tanto nos contextos de posse de atributos materiais, como nos de posse inerente. O verbo *ser*, por sua vez, desaparecia em meados do século XVI na expressão da transitoriedade, substituído por

estar. Esses dados constituem indícios significativos para uma delimitação intralingüística ou interna, configurando os meados do século XVI como forte candidato ao limite final do período arcaico.

Verbo <i>haver</i>	Séc. XIII	Séc. XVI
Atributos Materiais	70%	∅
Posse / Inerente	100%	∅

Quadro 2

Novos dados, novos fatos, novas datas

Quanto ao novo fato, refere-se ele ao limite inicial do período arcaico. Em recente livro, Castro (2005) divulga um debate em curso que indica não ser a *Notícia de Fiadores*, o primeiro texto escrito em português ou latino-português, como o definiu António Emiliano. Diz Castro:

Uma outra restrição que tem sido formulada em relação a este texto [*Notícia de torto*] baseia-se na sua pequena extensão e na relativa pobreza de material lingüístico português, visto que parte considerável é ocupada por nomes próprios e numerais com esse fundamento, José António Souto Cabo desvalorizou a importância da *Notícia de Fiadores*, ao mesmo tempo em que apresentava um outro documento como provavelmente mais antigo. Trata-se de um *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais* (IAN/TT, Mitra de Braga, março 1, nº 16/A), não datado, que Souto Cabo situa entre abril de 1173 e abril de 1175... A datação baseia-se num argumento de probabilidade, o *Pacto* está escrito no lado da carne; os escribas preferiam escrever primeiro desse lado do pergaminho, mais liso e branco que o lado do pêlo; por isso, é possível que o *Pacto* tenha sido escrito antes do documento que se encontra no lado do pêlo. A data deste outro documento – 15 de abril de 1175 – serviria assim de limite *ad quem* para o *Pacto*. Como este declara ser válido por dois anos,... Souto Cabo conjectura que só depois de decorrido tal prazo e de perda a eficácia do pacto é que o pergaminho

teria sido usado para o documento de 15 de abril: assim o pacto poderia ter sido escrito tão cedo como abril de 1173. (2005[2004]): pp. 123-124).

Conclui Ivo Castro:

Não parece provado que seja, só por isso, anterior a *Notícia de Fiadores*, que não se sabe em que dia de 1175 foi escrita. De qualquer forma, a questão de saber se um documento é ligeiramente mais antigo do que o outro revela-se pouco interessante, face à venerável antiguidade de ambos e ao seu grande valor histórico lingüístico. (2005[2004]): p. 125)

Segundo o mesmo autor, estão a aparecer um bom número documentos da segunda metade do século XII. Expressa ainda: "Se os esforços dos investigadores envolvidos continuarem com o ritmo e o nível que têm revelado, talvez resulte daqui a constituição de um *corpus antiqüíssimo galego-português*" (*ib.*).

Reabre-se, assim, mais uma vez a questão dos mais antigos textos galego-portugueses. Relembrando Schmidt-Riese (2002), está-se, portanto, diante de fatores *externos/internos*. Tudo faz crer que o limite inicial continuará no debate...

Quanto ao português arcaico médio, Castro (1999) afirma ser uma situação do tipo saussuriana, em que a designação se transmite oralmente (cf. 1999:369). Cardeira (2005), no livro *Entre o português antigo e o português clássico*, analisa, por seu turno, em *corpus* de textos literários e não-literários, fatos lingüísticos (encontros vocálicos; a convergência em <-ão>; síncope do <-d-> no morfema número-pessoal; participios em <-udo/ido>; plural dos lexemas em <-l> e o sistema de possessivos) e fatores extra-lingüísticos (a revolução burguesa que colocará no trono português o Mestre de Avis (1383-1385) e o início da expansão portuguesa, a partir de 1415). A autora conclui que:

A elaboração do século XV abrirá a via para uma segunda fase na afirmação da língua portuguesa a gramaticalização [diria eu: gramatização] que virá a verificar-se no século seguinte... O nascimento do conceito de nação gerou o reconhecimento do idioma como expressão nacional; a língua do Rei tornou-se a língua do estado. (2005, p. 294)

Lembre-se que Ivo Castro foi discípulo de Lindley Cintra, que nas suas aulas defendia o *português médio*, e que Esperança Cardeira foi orientanda de Ivo Castro. A última verificou, empiricamente, o que terá sido o *português médio*. No livro referido, tem-se um amplo estudo que, relembando Schmidt-Riese (2002), considera fatores *internos-externos*.

E a fase final do português arcaico?

Novos dados sobre a colocação dos clíticos, sobre o *ende* e *hi* e sobre o indeterminador *om* confirmam os meados do século XVI como um momento aceitável para o final do período arcaico, confirmando o que encontrei sobre *ser/estar* e *haver/ter*.

Ana Maria Martins no longo estudo, *Mudança sintática e história da língua portuguesa* (2002), no item *Colocação dos clíticos e periodização da história da língua portuguesa*, diz:

Em orações subordinadas, finitas, e em orações principais, introduzidas por constituintes desencadeadores de próclise, os clíticos são sempre pré-verbais no português dos séculos XIII ao XVI. Também nestas configurações, no entanto, a posição do clítico (relativamente ao verbo) se apresenta variável. Neste caso, há variação entre adjacência ao verbo e interpolação... no segundo caso a contigüidade fica interrompida. (2002, p. 263)

Selecionei apenas um exemplo; o de nº 8:

- a. como nesta carta *se* contém (doc. de 1532)
- b. como *se* nesta carta contém (doc. de 1538) (2005, p. 264)

À página 270 apresenta um Quadro, do qual tirei apenas os limites extremos. Martins (2002) analisou em documentos não-literários dos séculos XIII a XVI, que editou, a questão da colocação dos clíticos:

	1250-1255	1500-1549
Próclise	4/56 (7.1%)	80/81 (98.8%)
Ênclise	52/56 (92.9%)	1/81 (1.2%)

A partir dos dados seriados do quadro, afirma a Autora:

Observa-se, todavia uma mudança em curso: a opção pela ênclise, largamente dominante no século XIII, vai sendo progressivamente substituída pela opção pela próclise, que se torna majoritária no século XV e quase exclusiva no XVI (2002, p. 269).

Machado Filho (2004), no estudo *'Ende' e 'hi' no período arcaico do português*, analisa esses anafóricos em textos do século XIII (as duas versões do *Testamento de Afonso II* e o *Foro Real de Afonso X*); do XIV, o *Flos Sanctorum*; do XV, *Crónica de Santa Maria de Iria*, a *Vida de Tarsis* e a *Vida de Santo Aleixo* e do XVI, o *Josep Abaramatia*.

Observa o uso sintático desses anafóricos nos documentos selecionados, com base numa descrição e interpretação gerativistas e para o século XIII diz o autor:

No século XIII, enquanto o *'(h)'* pode servir de complemento ou adjunto de um verbo e apenas de adjunto de nomes, o *'en(de)'* demonstra, nesse período, a possibilidade de ocorrer como argumentos de construções transitivas (2004, p. 102).

Veja o exemplo de nº 1.i: *"Quen caualo ou boy ou outra cousa qualquer receberen guarda por preço que receba ende..."* (c.f. Machado Filho (2004, p.100).

Dos séculos XIV para o XV, nos documentos analisados, o autor afirma que: "O sentido [+ locativo] / [+ físico] é determinante em ambos os documentos, funcionando em todos os casos como adjunto verbal" (2004: 104).

E, mais adiante, destaca tal uso na *Crónica de Santa Maria de Iria*, da segunda metade do século XV: "Apresenta-se como adjunto de verbos de construções inacusativas ou transitivas, denunciando um sentido de co-referência semântica de traço [+ locativo] / [+ físico], assim como constituindo PPs, nomeadamente com a forma *dende*, não locucional" (cf. p. 103).

Para o texto examinado do século XVI, diz o Autor:

De fato, não se detecta uma ocorrência que seja de *'en(de)'*, na qualidade de morfema livre nessa versão do século XVI, apenas as formas *porẽ ~ porem ~ por ende*, que já ocorriam muito cedo na

língua, mesmo nos documentos de duzentos. Quanto ao '(h)l', contudo, não se pode descartar incondicionalmente sua função anafórica (cf. p. 105).

Encontrou o *ahi* no *Josep ab Aramatia* uma única vez, correspondendo a um advérbio dêitico de 2ª pessoa, como no exemplo: "*Eleuou-me aly donde primeiro me achara e ante que metesse ho meu sprito em mÿ me dise viste assaz marauylhas. Eeu lhe disce e vi alhi tantas que...*" (Machado Filho, 2004, cf. p. 106). Tal fenômeno já ocorreu na obra de Gil Vicente, como apontado por Teyssier, em (1981), no artigo *Le système des deictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, X^e e XV^e siècles*.

Lopes (2005), no trabalho *Indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada?*, analisou o emprego do vocábulo *homem* como substantivo e como pronome indefinido, no português arcaico, identificando os fatores que teriam determinado tal variação. Na sua análise, de natureza variacionista, depois de demonstrar o percurso de *a gente*, que apareceu como indefinido no século XVI, concentra-se na indeterminação de *homem*. Diz a Autora:

Para tentar estabelecer uma relação entre o desaparecimento do uso de *homem* como pronome indefinido no português arcaico e a emergência da pronominalização do substantivo *a gente*, realizou-se uma análise quantitativa com base em *corpus* constituído de textos do século XIII ao século XVI. Foram levantados 458 dados, identificando-se 316 ocorrências de *homem* como substantivo, 96 como pronome e 46 ocorrências de interpretação duvidosa ou ambígua (2005, p. 375).

A seguir informa que, para uma leitura indefinida de *homem*, os contextos lingüísticos mais favorecedores foram os mesmos que para *a gente* pronominal – a "tipologia semântica do sujeito" e a "posição no sintagma nominal". Quanto ao emprego de *homem*, indefinido, verificou que esse emprego está diretamente relacionado com a perda de referência do nome substantivo, que assume uma acepção indeterminada, como no exemplo retirado do "Orto do esposo" (século XIV): "*que oraçõ deue primeiro seer fecta que toda outra cousa que homẽ que fazer*" (Lopes, 2005, p. 375).

Somando-se esses três fatos sintáticos aos relacionados à definição da oposição *ser/estar* e à substituição de *haver/ter*, nos contextos antes referidos, e, ainda, ao fato de que todos eles ocorrem nos meados do

século XVI, seria esse tempo, em termos intralingüísticos, o melhor, a meu ver, para delinear o final do período arcaico.

Considerações finais

Se foi reaberto o debate quanto ao primeiro texto escrito em português, debate que promete continuar, continuo a achar que para uma definição, precisa e sistemática, da periodização e sub-periodização do período arcaico da língua portuguesa, faz-se ainda necessário que se analisem os fatos lingüísticos aqui levantados, ou outros, em uma *mesma documentação seriada*, desde finais do século XII até, pelo menos, os meados do XVI, senão até seu final, para que se tenha um mapeamento rigoroso e conseqüente das mudanças fônicas, mórficas, sintáticas e léxico-semânticas ocorridas entre os limites referidos. Ponto de vista que defendo desde 1989.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Therezinha. *Conjunções: aspectos da sua constituição e funcionamento na história do português*. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador: 1992.
- BARRETO, Therezinha e OLINDA, S. R. "Perseguindo as conjunções". *In: Estudos Lingüísticos e Literários*, 13. Salvador, 1992.
- CARDEIRA, Esperança. *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: IN-CM, 2005.
- CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- "O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)". *In: FARIA, Isabel (org.). Lindley Cintra: Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos/FLUL, 1999, pp. 366-390.
- *Introdução à história da língua portuguesa: geografia da língua e português antigo*. Lisboa: Colibri, 2005.
- EMILIANO, António. "Sobre a questão dos d'os mais antigos textos escritos em português". *In: Castro, I. e Duarte, I. (eds.) Razões e emoções: miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus pela sua jubilação*. Lisboa: FLUL, 2002.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Gulbenkian, 1986 [1993].
- PÁDUA, M. P. A. *A ordem das palavras no português arcaico: frases do verbo transitivo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.
- LOBO, Tânia. *A colocação dos pronomes átonos: um estudo comparativo*.

- Comunicação ao VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística. Mimeo, 1990.
- LOPES, Célia Regina. "A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada?" *In: Atas do V Encontro Internacional de estudos Medievais*. Salvador: Quarteto, 2005, pp. 372-378.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. "Ende e hi anafóricos no português arcaico". *In: Costa, S.B.B. e Machado Filho, A. V. L. (orgs.) Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: Editora da UFBA, 2004, pp. 82-113.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. "Tradição na história da língua portuguesa". *In: Gärtner, E. et. al. (eds.) Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM, 1999, pp. 21-39.
- MARTINS, Ana Maria. "Ainda os mais antigos textos escritos em português: documentos de 1175 a 1252". *In: Faria, I. (org.) Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos/FLUL, 1999, pp. 491-531.
- "Os mais antigos textos portugueses". *In: Mateus, M. H. M. (org.) Caminho do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 2001, pp. 22-48.
- "Mudanças sintáticas e história da língua portuguesa". *In: Actas História da Língua e História da gramática*. Encontro. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, pp. 251-279.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.
- *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.
- "A definição da oposição *ser/estar* em estruturas atributivas em 1540". *In: MATTOS E SILVA, R. V. e MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.) O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: Editora da UFBA, 2002a, pp. 103-117.
- "Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teorias em João de Barros". *In: MATTOS E SILVA, R. V. e MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.) O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: Editora da UFBA, 2002b, pp. 119-142.
- "Novos indicadores para os limites do português arcaico". *Revista da ABRALIN 3* (1 e 2), 2004, pp. 259-268.
- "Para uma caracterização do português arcaico". *D.E.L.T.A.*, 10 (nº especial), 1994, pp. 247-276.

SCHMIDT-RIESE, Roland. "Periodização e português brasileiro: algumas considerações". In.: Duarte, M. E. L. *et al.* (orgs.) *Para a história do português brasileiro*. v. IV. *Notícias de "corpora" e outros estudos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002, pp. 179-196.

SEPÚLVEDA NETTO, Maria do Socorro. *Ser/estar: um estudo de variação e mudança em curso no português antigo*. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador: 1989.

TEYSSIER, Paul. "Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles". *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 6:5-39, Paris: 1981.

Resumo

Neste artigo retoma-se o tema do limite inicial e final do período arcaico da língua portuguesa. O estabelecimento do limite inicial, uma vez reaberta a questão pelo lingüista galego Souto Cabo, aponta *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais* de 1173 como o documento mais antigo e não *Notícia de Fiadores* de 1175, como demonstrou a lingüista portuguesa Ana Maria Martins (Universidade de Lisboa). Para o limite final, foram considerados fatos sintáticos como a definição da oposição *ser/estar, ter/haver*, os dois últimos como verbos de posse; a posição dos clíticos, a indeterminação expressa por *homem* e os anafóricos arcaicos *en(de)* e *(h)i*. Além de se estabelecer a oposição *ser/estar* e *ter/haver*, a próclise supera a ênclise e desaparecem o uso de *homem* como indeterminador e dos anafóricos *en(de)* e *(h)i* em meados do século XVI.

Palavras-chave: Lingüística histórica; história da língua portuguesa; periodização.

Abstract

The theme of this article is the initial and final limits of the Old Portuguese. The controversy about the initial limit was reopened by the linguist Souto Cabo, to whom *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais* from 1173 is the oldest document in Portuguese and not *Notícia de Fiadores*, from 1175, as proposed by the linguist Ana Maria Martins. To establish the final limit, syntactic facts were taken into account: the opposition between *ser/estar* and *haver/ter* (as possessive verbs); the order of clitics; the indetermination expressed by *homem* and the old anaphoric *en(de)* and *(h)i*. The opposition *ser/estar* and *ter/haver* is established, proclisis surpasses enclisis and indetermination with *homem* and the anaphoric *en(de)* and *(h)i* disappear in the middle of 16th Century.

Keywords: Historical linguistics; history of portuguese; language; periodization.